



**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao requisitado pelo Ilmo.(a) Sr.(a) Agente de Fiscalização Financeira da Unidade Regional de Mogi Guaçu (UR 19) do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no item "44" da "requisição de documentos", temos a dizer que o Município possui os seguintes contratos de concessão / permissão:

<b>N. Contrato</b>	<b>Data assinatura</b>	<b>Nome do Contratado</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>
057	20/03/2012	TECNO PARK SOLUÇÕES LTDA.	ESTACIONAMENTO ROTATIVO	R\$ 3.806.712,11
086	25/04/2007	SANTA CRUZ TRANSPORTES LTDA.	TRANSPORTE COLETIVO	R\$ 84.373.844,48
094	25/05/2008	SOCICAM ADMINISTRAÇÃO, PROJETOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.	TERMINAL RODOVIÁRIO DE MOGI MIRIM	R\$ 18.188.424,00
213	09/09/2008	SESAMM - SERVIÇO DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S/A	SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO	R\$ 285.352.438,37
021	01/04/2016	ARLEI MILTON DIOGO	PERMISSÃO REMUNERADA DE ESPAÇO PÚBLICO - CAMPO DA SANTA CRUZ	R\$ 10.200,00
022	01/04/2016	ANTONIO APARECIDO FERREIRA	PERMISSÃO REMUNERADA DE ESPAÇO PÚBLICO - CAMPO DO MIRANTE	R\$ 12.871,20
023	01/04/2016	FATIMA DO CARMO	PERMISSÃO REMUNERADA DE ESPAÇO PÚBLICO - CAMPO DO TUCURÃO	R\$ 22.020,00

Sendo o que nos cumpre informar, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de nossa perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

**José Augusto Francisco Urbini**  
**Secretário Municipal de Suprimentos e Qualidade**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

- Estado de São Paulo -

## SECRETARIA DE ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER



Mogi Mirim, SP, 19 de abril de 2017

C.I nº 137/2017-

**Para: Secretaria de Suprimentos e Qualidade**

**A/c: Secretário Senhor José Augusto Francisco Urbini**

**Assunto: Informações para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

Prezado Secretário,

Em atenção a Comunicação Interna nº 025/2017, informo que a Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer possui Permissão de Uso Sem Remuneração de Bem Público para quatro Associações de Bairros, conforme abaixo:

Nome	Local	Lei	Item "b"	Item "c"
Associação Vila Dias	Estádio Maria Paula Bueno	5.589/2014	Sim	Sim
Associação dos Amigos do Bairro do Tucura e Santa Luzia	Estádio Angelo Rotolli	5.590/2014	Sim	Sim
Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências(ACOJAMBA)	Praça Esportiva	5.591/2014	Sim	Sim
Clube Esportivo Amigos do Bairro da Santa Cruz	Estádio Ismael Poletini	5.592/2014	Sim	Sim

Com relação a Permissão Remunerada para Uso de Espaço Público referente aos Bares dos Estádio, informo q a Secretaria de Esporte possui os seguintes contratos abaixo:

Nome	Local	Contrato	Item "b"	Item "c"
Arlei Milton Diogo	Estádio Ismael Poletini(Campo da Santa Cruz)	21/2016	Sim	Sim
Antonio Aparecido Ferreira	Estádio José Solidário(Campo do Mirante)	22/2016	Sim	Sim
Fátima do Carmo	Estádio Angelo Rotolli (Campo do Tucurão)	23/2016	Sim	Sim

Sendo só para o momento, estou à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,

  
**Marcos Antônio Dias dos Santos**  
Secretário de Esporte Juventude e Lazer





# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORDINÁRIA Nº 5589, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre permissão de uso, a título precário e sem ônus, de bem público que especifica a Associação Esportiva Vila Dias, e da outras providências.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o **Prefeito Municipal** Luis Gustavo Antunes Stupp sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do art. 114., §2º, da vigente Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, é dada à Associação Esportiva Vila Dias, associação civil de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.959.117/0001-08, com sede no Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Venezuela, nº 39, Vila Universitária, a permissão de uso do Estádio Maria Paula Bueno, localizado na Rua Francisco Dias Reis, Bairro Vila Dias, Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

§ 1º A permissão de uso de que trata esta Lei tem por objeto difundir e disseminar a prática de esportes em geral entre seus associados e os moradores da zona leste da cidade;

§ 2º A área objeto da permissão possui 11.455,82 m<sup>2</sup> (onze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco metros e oitenta e dois centímetros quadrados), com as seguintes medidas, divisas e confrontações abaixo descritas:

"Da área: tem início no ponto 1 e segue com AZ 277°3'12" e 115,58 m (cento e quinze metros e cinquenta e oito centímetros) até o ponto 2; daí deflete à esquerda e segue com AZ 187°3'12" e 9,27 m (nove metros e vinte e sete centímetros) até o ponto 3; daí deflete à direita e segue em curva com raio de 128,49 m (cento e vinte e oito metros e quarenta e nove centímetros) e distância de 58,22 m (cinquenta e oito metros e vinte e dois centímetros) até o ponto 4; daí deflete à direita e segue com AZ 24°5'39" e 19,69 m (dezenove metros e sessenta e nove centímetros) até o ponto 5; daí deflete à direita e segue com AZ 114°26'20" e 31,58 m (trinta e um metros e cinquenta e oito centímetros) até o ponto 6; daí deflete à esquerda e segue com AZ 24°5'39" e 33,00 m (trinta e três metros) até o ponto 7; daí deflete à direita e segue com AZ 114°5'39" e 8,00 m (oito metros) até o ponto 8; daí deflete à esquerda e segue com AZ 8°34'35" e 63,69 m (sessenta e três metros e sessenta e nove centímetros) até o ponto 9; daí deflete à direita e segue com AZ 111°33'57" e 120,14 m (cento e vinte metros e catorze centímetros) até o ponto 10; daí deflete à direita e segue com AZ 185°42'30" e 70,22 m (setenta metros e vinte e dois centímetros) até o ponto 1 onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 11.455,82 m<sup>2</sup> (onze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco metros e oitenta e dois centímetros quadrados)."

Art. 2º A permissão de uso será a título precário e gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogado por igual período uma única vez, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3º Enquanto na posse da permissionária, o bem público fica sob sua responsabilidade, respondendo por sua conservação, manutenção e pelos danos porventura nele ocorridos, a terceiros ou ao meio ambiente e para os fins únicos e exclusivos constante na presente Lei, sob pena de revogação pura e simples do presente ato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo único. A permissionária deverá dar conhecimento imediato ao Poder Executivo de qualquer turbação de posse que porventura se verificar.

Art. 4º Nenhuma benfeitoria será permitida no imóvel objeto de uso, por parte da permissionária, sem a prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 5º Fica ao Poder Executivo, através da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, a reserva do direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente ato e seu contrato, enquanto no uso da permissionária.

Art. 6º A entidade permissionária fica obrigada a facilitar a execução da fiscalização além de atender a todas as solicitações, devendo apresentar no 10º dia útil de cada mês relatórios mensais das atividades desenvolvidas no local.

Art. 7º A regulamentação da presente Lei se dará por meio do Termo de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município e a entidade permissionária.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 4 de setembro de 2014.

Luis Gustavo Antunes Stupp  
Prefeito Municipal

Regina Célia Silva Bigheti  
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 84/14  
Autoria: Poder Executivo Municipal

\* Este texto não substitui a publicação oficial.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI ORDINÁRIA Nº 5590, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre permissão de uso, a título precário e sem onus, de bem público que especifica a Associação dos Amigos do Bairro do Tucuru e Santa Luzia, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o **Prefeito Municipal** Luis Gustavo Antunes Stupp sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do art. 114, § 2º, da vigente Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, é dada à Associação dos Amigos do Bairro do Tucuru e Santa Luzia, associação civil de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 17.286.040/0001-44, com sede no Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua José Mathias, s/nº, Vila Santa Luzia, a permissão de uso do Estádio Ângelo Rotolli, localizado na Rua do Tucuru, Bairro do Tucuru, Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

§ 1º A permissão de uso de que trata esta Lei tem por objeto difundir e disseminar a prática de esportes em geral entre seus associados e os moradores dos Bairros do Tucuru e Vila Dias.

§ 2º A área objeto da permissão possui 12.576,41 m<sup>2</sup> (doze mil, quinhentos e setenta e seis metros e quarenta e um centímetros quadrados), compreendendo o campo de futebol e os vestiários, com as seguintes medidas, divisas e confrontações abaixo descritas:

Da área: tem início no ponto 1 e segue com AZ 236°25'19" e 33,40 m (trinta e três metros e quarenta centímetros) até o ponto 2; daí deflete à direita e segue com AZ 326°25'19" e 33,50 m (trinta e três metros e cinquenta centímetros) até o ponto 3; daí deflete à esquerda e segue com AZ 236°43'23" e 67,49 m (sessenta e sete metros e quarenta e nove centímetros) até o ponto 4; daí deflete à direita e segue com AZ 326°43'23" e 23,50 m (vinte e três metros e cinquenta centímetros) até o ponto 5; daí deflete à esquerda e segue com AZ 236°43'23" e 10,00 m (dez metros) até o ponto 6; daí deflete à esquerda e segue com AZ 146°43'23" e 141,54 m (cento e quarenta e um metros e cinquenta e quatro) até o ponto 7; daí deflete à esquerda e segue com AZ 57°27'27" e 78,11 m (setenta e oito metros e onze centímetros) até o ponto 8; daí deflete à direita e segue com AZ 146°41'19" e 4,87 m (quatro metros e oitenta e sete centímetros) até o ponto 9; daí deflete à esquerda e segue com AZ 56°43'23" e 8,00 m (oito metros) até o ponto 10; daí deflete à direita e segue com AZ 146°41'19" e 4,00 m (quatro metros) até o ponto 11; daí deflete à esquerda e segue com AZ 56°43'23" e 14,07 m (catorze metros e sete centímetros) até o ponto 12; daí deflete à esquerda e segue em curva com raio de 158,06 m (cento e cinquenta e oito metros e seis centímetros) e distância de 96,72 m (noventa e seis metros e setenta e dois centímetros) até o ponto 1 onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 12.576,41 m<sup>2</sup> (doze mil, quinhentos e setenta e seis metros e quarenta e um centímetros quadrados).

Art. 2º A permissão de uso será a título precário e gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogado por igual período uma única vez, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3º Enquanto na posse da permissionária, o bem público fica sob sua responsabilidade, respondendo por sua conservação, manutenção e pelos danos porventura nele ocorridos, a terceiros ou ao meio ambiente e para os fins únicos e exclusivos constante na presente Lei, sob pena de revogação pura e simples do presente ato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo único. A permissionária deverá dar conhecimento imediato ao Poder Executivo de qualquer turbacão de posse que porventura se verificar.

Art. 4º Nenhuma benfeitoria será permitida no imóvel objeto de uso, por parte da permissionária, sem a prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 5º Fica ao Poder Executivo, através da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, a reserva do direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente ato e seu contrato, enquanto no uso da permissionária.

Art. 6º A entidade permissionária fica obrigada a facilitar a execução da fiscalização além de atender a todas as solicitações, devendo apresentar no 10º dia útil de cada mês relatórios mensais das atividades desenvolvidas no local.

Art. 7º A regulamentação da presente Lei se dará por meio de Termo de Permissão de Uso a ser formado entre o Município e a entidade permissionária.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 4 de setembro de 2014.

Luis Gustavo Antunes Stupp  
Prefeito Municipal

Regina Célia Silva Bigheti  
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 85/14  
Autoria: Poder Executivo Municipal

\* Este texto não substitui a publicação oficial.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI ORDINÁRIA Nº 5591, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014**

**Dispõe sobre permissão de uso** a título precário e sem ônus, de bem público que especifica a Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências (ACOJAMBA), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o **Prefeito Municipal** Luis Gustavo Antunes Stupp sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do art. 114., § 2º, da vigente Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, é dada à Associação Comunitária do Jardim Maria Beatriz e Adjacências (ACOJAMBA), associação civil de caráter assistencial, recreativo, comunitário e cultural, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 54.672.118/0001-95, com sede no Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Afonso Arcuri, nº 141, Jardim Maria Beatriz, a permissão de uso da Praça Esportiva localizada na Rua Afonso Arcuri, Bairro Maria Beatriz, Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

§ 1º A permissão de uso de que trata esta Lei tem por objeto difundir a prática de esporte, principalmente o futebol amador e profissional, entre seus associados e os moradores do Bairro Maria Beatriz e adjacências;

§ 2º A área objeto da permissão possui 8.597,00 m<sup>2</sup> (oito mil, quinhentos e noventa e sete metros quadrados), compreendendo o campo de futebol e os vestiários, com as seguintes medidas, divisas e confrontações abaixo descritas:

"Da área: tem início no ponto 1 e segue com AZ 193°9'13" e 48,00 m (quarenta e oito metros) até o ponto 2; daí deflete à esquerda e segue com AZ 104°19'42" e 30,00 m (trinta metros) até o ponto 3; daí deflete à direita e segue com AZ 189°46'22" e 52,12 m (cinquenta e dois metros e doze centímetros) até o ponto 4; daí deflete à esquerda e segue com AZ 101°7'27" e 65,33 m (sessenta e cinco metros e trinta e três centímetros) até o ponto 5; daí deflete à direita e segue com AZ 123°29'17" e 9,93 m (nove metros e noventa e três centímetros) até o ponto 6; daí deflete à esquerda e segue com AZ 6°21'43" e 114,03 m (cento e catorze metros e três centímetros) até o ponto 7; daí deflete à esquerda e segue em curva com raio 11,25 m (onze metros e vinte e cinco centímetros) e distância de 9,80 m (nove metros e oitenta centímetros) até o ponto 8; daí segue com AZ 243°0'44" e 8,82 m (oito metros e oitenta e dois centímetros) até o ponto 9; daí segue em curva com raio de 19,63 m (dezenove metros e sessenta e três) e distância de 14,45 m (catorze metros e quarenta e cinco centímetros) até o ponto 10; daí segue com AZ 284°19'42" e 64,96 m (sessenta e quatro metros e noventa e seis centímetros) até o ponto 1 onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 8.597,00 m<sup>2</sup> (oito mil, quinhentos e noventa e sete metros quadrados)."

Art. 2º A permissão de uso será a título precário e gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogado por igual período uma única vez, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3º Enquanto na posse da permissionária, o bem público fica sob sua responsabilidade, respondendo por sua conservação, manutenção e pelos danos porventura nele ocorridos, a terceiros ou ao meio ambiente e para os fins únicos e exclusivos constante na presente Lei, sob pena de revogação pura e simples do presente ato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo único. A permissionária deverá dar conhecimento imediato ao Poder Executivo de qualquer turbção de posse que porventura se verificar.

Art. 4º Nenhuma benfeitoria será permitida no imóvel objeto de uso, por parte da permissionária, sem a prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 5º Fica ao Poder Executivo, através da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, a reserva do direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente ato e seu contrato, enquanto no uso da permissionária.

Art. 6º A entidade permissionária fica obrigada a facilitar a execução da fiscalização além de atender a todas as solicitações, devendo apresentar no 10º dia útil de cada mês relatórios mensais das atividades desenvolvidas no local.

Art. 7º A regulamentação da presente Lei se dará por meio do Termo de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município e a entidade permissionária.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 4 de setembro de 2014.

Luis Gustavo Antunes Stupp  
Prefeito Municipal

Regina Célia Silva Bigheti  
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 86/14  
Autoria: Poder Executivo Municipal

\* Este texto não substitui a publicação oficial.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI ORDINÁRIA Nº 5592, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014**

**Dispõe sobre permissão de uso** a título precário e sem ônus, de bem público que especifica ao Clube Esportivo Amigos do Bairro Santa Cruz, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o **Prefeito Municipal** Luis Gustavo Antunes Stupp sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do art. 114, §2º, da vigente Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, é dada ao Clube Esportivo Amigos do Bairro Santa Cruz, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 20.300.809/0001-46, com sede no Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Gastone Lorenzetti, nº 444, Santa Cruz, a permissão de uso do Estádio Ismael Poletini, localizado na Rua Gastone Lorenzetti, Santa Cruz, Município e Comarca de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

§ 1º A permissão de uso de que trata esta Lei tem por objeto difundir e disseminar a prática de esportes em geral entre seus associados e os moradores do Bairro Santa Cruz e adjacências;

§ 2º A área objeto da permissão possui 12.593,93 m<sup>2</sup> (doze mil, quinhentos e noventa e três metros e noventa e três centímetros quadrados), compreendendo o campo de futebol e os vestiários, com as seguintes medidas, divisas e confrontações abaixo descritas:

"Da área: tem início no ponto 1 e segue com AZ 39°51'00" e 121,75 m (cento e vinte e um metros e setenta e cinco centímetros) até o ponto 2; daí deflete à direita e segue com AZ 129°28'00" e 117,00 m (cento e dezessete metros) até o ponto 3; daí deflete à direita e segue com AZ 221°58'25" e 84,99 m (oitenta e quatro metros e noventa e nove centímetros) até o ponto 4; daí deflete à direita e segue com AZ 307°41'28" e 30,00 m (trinta metros) até o ponto 5; daí deflete à esquerda e segue com AZ 217°41'26" e 27,88 m (vinte e sete metros e oitenta e oito centímetros) até o ponto 6; daí deflete à direita e segue com AZ 304°5'28" e 85,36 m (oitenta e cinco metros e trinta e seis centímetros) até o ponto 1 onde teve início esta descrição, encerrando uma área de 12.593,93 m<sup>2</sup> (doze mil, quinhentos e noventa e três metros e noventa e três centímetros quadrados)."

Art. 2º A permissão de uso será a título precário e gratuito, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogado por igual período uma única vez, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 3º Enquanto na posse da permissionária, o bem público fica sob sua responsabilidade, respondendo por sua conservação, manutenção e pelos danos porventura nele ocorridos, a terceiros ou ao meio ambiente e para os fins únicos e exclusivos constante na presente Lei, sob pena de revogação pura e simples do presente ato, sem prejuízo das demais penalidades legais.

Parágrafo único. A permissionária deverá dar conhecimento imediato ao Poder Executivo de qualquer turbção de posse que porventura se verificar.

Art. 4º Nenhuma benfeitoria será permitida no imóvel objeto de uso, por parte da permissionária, sem a prévia autorização do Poder Executivo.

Art. 5º Fica ao Poder Executivo, através da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer, a reserva do direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o exato cumprimento das obrigações estabelecidas no presente ato e seu contrato, enquanto no uso da permissionária.

Art. 6º A entidade permissionária fica obrigada a facilitar a execução da fiscalização além de atender a todas as solicitações, devendo apresentar no 10º dia útil de cada mês relatórios mensais das atividades desenvolvidas no local.

Art. 7º A regulamentação da presente Lei se dará por meio do Termo de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município e a entidade permissionária.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 4 de setembro de 2014.

Luis Gustavo Antunes Stupp  
Prefeito Municipal

Regina Célia Silva Bigheti  
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 87/14  
Autoria:  
Poder Executivo Municipal

\* Este texto não substitui a publicação oficial.





**DECLARAÇÃO**

Em atendimento ao requisitado pelo Ilmo.(a) Sr.(a) Agente de Fiscalização Financeira da Unidade Regional de Mogi Guaçu (UR 19) do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no item "45" da "requisição de documentos", temos a informar que:

**a) Houve regulamentação do serviço concedido?**

- Sim. Os serviços concedidos foram regulamentados pelas Leis Municipais nº 3.542/2001 / 3.611/2003 / 3.527/2003 / 4.548/2008 / 4.448/2007 / 4.449/2007 / 4.451/2007 e 5.684/2015; e pelos contratos administrativos conforme informado no item "44", respectivamente (docs. anexados).

**b) Houve mecanismos de manutenção da qualidade do serviço, bem como apuração e solução de queixas e reclamações dos usuários?**

- Encaminhamos esse questionamento para os respectivos gestores, sendo que estamos aguardando a resposta para fornecer tais informações com exatidão.

**c) A Prefeitura tem observado o cumprimento das disposições regulamentares do serviço e as cláusulas pactuadas?**

- Encaminhamos esse questionamento para os respectivos gestores, sendo que estamos aguardando a resposta para fornecer tais informações com exatidão.

**d) Houve aplicação de penalidades regulamentares e contratuais?**

- Não. Temos a informar que, no que tange às concessões / permissões elencadas no item "a", não foram constatadas medidas de aplicação de penalidade por parte da municipalidade / Poder Concedente.

Sendo o que nos cumpre informar, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de nossa perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



**José Augusto Francisco Urbini**  
**Secretário Municipal de Suprimentos e Qualidade**



# *Câmara* PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 3.542

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA, POR MEIO DE LICITAÇÃO PÚBLICA, PARA EXPLORAR O ESTACIONAMENTO ROTATIVO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES EM VIAS PÚBLICAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar empresa especializada, por meio de licitação pública, para implantar, manter e operar o sistema de estacionamento rotativo pago, denominado "ZONA AZUL", nas vias públicas e logradouros públicos do Município de Mogi Mirim, conforme artigo 24, inciso X da Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Art. 2º - A presente Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo, conforme modelo de Decreto anexo a este, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua promulgação.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 2.889, de 26 de setembro de 1997 e 3.309, de 27 de janeiro de 2001.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 15 de outubro de 2001.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA  
Prefeito Municipal





GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

DECRETO Nº 5.284 / 2010

**REGULAMENTA AS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DENOMINADAS "ZONA AZUL", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS NELSON BUENO**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais.

## DECRETA :-

Art. 1º Fica a Prefeitura de Mogi Mirim autorizada a instituir, nas vias e logradouros públicos especificados no art. 2º deste Decreto, áreas especiais para estacionamento rotativo de veículos automotores de passageiros e de carga, com capacidade de até 4.000 quilos, por tempo limitado e mediante pagamento do preço estabelecido para a sua ocupação, com fundamento na Lei Municipal de nº 3.542, de 15 de outubro de 2001.

Art. 2º As áreas de estacionamento rotativo pago denominadas "Zona Azul" em vias e logradouros públicos urbanos, instituída pela Lei Municipal nº 3.542/2001, passam a ser definidas na seguinte conformidade – Circunscrição da Zona Azul:

### I - TRECHO 1, compreendendo:

- a) T1A / Rua Coronel Leitão (trecho ente a Rua Dr. José Alves e a Rua José Bonifácio);
- b) T1B / Praça Rui Barbosa (trecho entre a Rua Dr. José Alves e a Rua José Bonifácio).

### II - TRECHO 2, compreendendo:

- a) T2A / Rua Dr. José Alves (trecho entre a Praça. Rui Barbosa e a Rua Cel. Leitão);
- b) T2B / Praça. Rui Barbosa (trecho entre a Rua Chico Venâncio e a Rua XV de Novembro).

III - TRECHO 3, compreendendo: T3 / Rua Dr. João Teodoro (trecho entre a Rua 03 de Abril e a Rua Conde de Parnaíba).

### IV - TRECHO 4, compreendendo:

- a) T4A / Rua Dr. João Teodoro (trecho entre a Rua Conde de Parnaíba e a Rua Francisco Picolomini);
- b) T4B / Rua Chiquito Venâncio (trecho entre a Rua Dr. José Alves e a Rua José Bonifácio).

### V - TRECHO 5, compreendendo:

- a) T5A / Rua Conde de Parnaíba (trecho entre a Rua João Teodoro e a Rua Paissandu);



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Paissandu e a Rua Ulhôa Cintra).

b) T5B / Rua Conde de Parnaíba (trecho entre a Rua

VI - TRECHO 6, compreendendo:

Jorge Tibiriçá e a Rua João Teodoro);

a) T6A / Rua Conde de Parnaíba (trecho entre a Rua

Leite e a Rua Cel. Guedes).

b) T6B / Rua 13 de Maio (trecho entre a Rua Cel. João

VII - TRECHO 7, compreendendo:

Maio e a Rua Ministro Cunha Canto);

a) T7A / Rua Cel. João Leite (trecho entre a Rua 13 de

Cunha Canto e a Rua Marciliano).

b) T7B / Rua Cel. João Leite (trecho entre a Rua Ministro

VIII - TRECHO 8, compreendendo:

Ulhôa Cintra e a Rua José Bonifácio);

a) T8A / Rua Chiquito Venâncio (trecho entre a Rua

Cel. Guedes e a Rua Cel. João Leite).

b) T8B / Rua Ministro Cunha Canto (trecho entre a Rua

IX - TRECHO 9, compreendendo:

Bonifácio e a Rua Ulhôa Cintra);

a) T9A / Rua Cel. Leitão (trecho entre a Rua José

Novembro e a Rua Padre Roque).

b) T9B / Rua Cel. João Leite (trecho entre a Rua XV de

X - TRECHO 10, compreendendo:

Ulhôa Cintra e a Rua Chico Venâncio);

a) T10A / Rua Conde de Parnaíba (trecho entre a Rua

Maio e a Rua Ministro Cunha Canto).

b) T10B / Rua Cel. Guedes (trecho entre a Rua 13 de

XI - TRECHO 11, compreendendo:

e Rua Riachuelo);

a) T11A / Rua Marciliano (trecho entre a Rua Cel. Leitão

Rua Ulhôa Cintra e a Rua Chico Venâncio).

b) T11B / Rua Acrísio da Gama e Silva (trecho entre a

XII - TRECHO 12, compreendendo:

2



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

a) T12A / Rua José Bonifácio (trecho entre a Rua Chiquito Venâncio e a Rua Cel. Leitão);

b) T12B / Rua Dr. José Alves (trecho entre a Rua Cel. Leitão e a Rua Chiquito Venâncio).

XIII - TRECHO 13, compreendendo:

a) T13A / Praça São José (trecho entre a Rua Padre Roque e a Rua 13 de Maio);

b) T13B / Rua José Bonifácio e Praça. Rui Barbosa (trecho entre a Rua Cel. Leitão e a Rua Conde de Parnaíba).

XIV - TRECHO 14, compreendendo: T14 / Rua XV de Novembro (trecho entre a Rua Cel. João Leite e a Praça. Rui Barbosa).

XV- TRECHO 15, compreendendo: T15 / Rua Padre Roque (trecho entre a Rua Cel. João Leite e Praça. Rui Barbosa).

XVI - TRECHO 16, compreendendo:

a) T16A / Rua Cel. João Leite (trecho entre a Rua Padre Roque e a Rua 13 de Maio);

b) T16B / Rua Paissandu (trecho ente a Rua Conde de Parnaíba e a Rua Cel. Leitão).

XVII - TRECHO 17, compreendendo:

a) T17A/ Rua Paissandu (trecho da Rua Paissandu, subindo a partir da Rua Conde de Parnaíba);

b) T17B / Praça São José (trecho entre a Rua Cel. Guedes e a Rua Riachuelo).

XVIII - TRECHO 18, compreendendo: T18 / Rua Marciliano (trecho entre a Rua Riachuelo e a Rua Cel. Guedes).

XIX - TRECHO 19, compreendendo: T19 / Rua Ulhôa Cintra (trecho entre a Rua Conde de Parnaíba e a Rua Firmino Whitaker).

XX - TRECHO 20, compreendendo: T20 / Rua Chico Venâncio (trecho entre a Rua Conde de Parnaíba e a Rua Acrísio da Gama e Silva).

XXI - TRECHO 21, compreendendo:

a) T21A / Praça Rui Barbosa (trecho entre a Rua 15 de Novembro e a Rua Padre Roque);

b) T21B / Rua Chiquito Venâncio (trecho entre a Rua José Alves e a Rua Marciliano).

3   



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

XXII - TRECHO 22, compreendendo: T22 / Rua Padre Roque (trecho entre a Rua Cel. João Leite e a Rua Padre José).

XXIII - TRECHO 23, compreendendo: T23 / Rua Ulhôa Cintra (trecho entre a Rua Cel. Leirão e a Rua Conde de Parnaíba).

XXIV - TRECHO 24, compreendendo: T24 / Praça Rui Barbosa – Rua Riachuelo (trecho entre a Rua José Alves e a Rua Marciliano).

XXV - TRECHO 25, compreendendo:

a) T25A / Praça. Floriano Peixoto (trecho direito de quem sobe a Praça, entre a Rua Cel. João Leite e a Rua Padre José);

b) T25B / Praça. Floriano Peixoto (trecho esquerdo de quem sobe a Praça, entre a Rua Cel. João Leite e a Rua Padre José).

XXVI - TRECHO 26, compreendendo:

a) T26A / Rua Maestro Azevedo (trecho entre a Rua Alexandre Coelho e a Rua Monsenhor Nora);

b) T26B / Rua Ulhôa Cintra (trecho entre a Rua Maestro Azevedo e a Rua Padre José).

XXVII - TRECHO 27, compreendendo:

a) T27A / Rua Padre José (trecho entre a Rua Monsenhor Nora e a Rua Ulhôa Cintra);

b) T27B / Rua Padre José (trecho entre a Rua Ulhôa Cintra e a Rua Paissandu).

XXVIII - TRECHO 28, compreendendo: T28 / Rua João Soares de Camargo (entre a Rua Padre Roque e a Praça Floriano Peixoto).

XXIX - TRECHO 29, compreendendo: T29 / Rua Coronel João Leite (trecho entre a Rua 15 de Novembro e a Rua Chico Venâncio).

XXX - TRECHO 30, compreendendo: T30 / Rua José Bonifácio (trecho entre a Rua Joaquim Firmino e a Rua Chiquito Venâncio).

Parágrafo único. Fica permitido o estacionamento rotativo pago nos dois lados das vias descritas neste artigo, desde que aprovado pelo Departamento de Trânsito e Transportes da Prefeitura de Mogi Mirim.

Art. 3º O estacionamento rotativo pago funcionará no período das 8h00 às 18h00, de 2ª a 6ª feira e das 8h00 às 13h00 aos sábados, sendo permitida uma permanência máxima na mesma vaga de 2 (duas) horas.

Parágrafo único. Em épocas especiais e nas datas comemorativas, o horário ora estabelecido poderá ser ampliado por Ato Executivo, de conformidade com o funcionamento do comércio, ouvidos o setor competente da Prefeitura de Mogi Mirim e a Associação Comercial e Industrial de Mogi Mirim.

4



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 4º Permite-se ao usuário a utilização do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago – “Zona Azul”, nas vias públicas especificadas no art. 2º deste Decreto, através do sistema de cobrança, seja ele através de aparelho eletrônico do tipo Button ou através de cobrança avulsa (ticket), sendo permitido a utilização do sistema por um período máximo de 2 (duas) horas na mesma vaga.

§ 1º Fica estabelecido o custo de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) para um período de 1 hora de uso de vaga junto ao sistema aos usuários que se utilizarem do sistema de cobrança do tipo avulsa.

§ 2º Fica estabelecido o custo de R\$ 1,40 (um real e quarenta centavos) para um período de 1 hora de uso de vaga junto ao sistema aos usuários que se utilizarem do sistema de cobrança do tipo – Aparelho Eletrônico Button.

§ 3º O valor para aquisição do meio eletrônico (Button) é de R\$ 8,00 (oito reais).

§ 4º A permanência do condutor ou passageiro no veículo, não desobriga o pagamento pelo uso do Estacionamento Rotativo.

§ 5º Findo o período de permanência fixado pela sinalização regulamentadora, o proprietário deverá remover o veículo da vaga e se não o fizer, estará sob pena de ser autuado conforme penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 5º O gerenciamento e o controle do Estacionamento Rotativo de veículos, em vias e logradouros públicos, deverão ser feito por meio de controle automatizado e informatizado, que permitam total controle da arrecadação, aferição imediata da receita e auditoria permanente por parte do Município.

Parágrafo único. Fica vedado ao poder concedente, estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários.

Art. 6º Constituem infrações de trânsito nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) o usuário que, estacionar ou parar seu veículo nos locais definidos como “Zona Azul”, nas seguintes condições:

- I - ter ultrapassado o tempo permitido para o local;
- II – encontrar-se sem portar credencial de identificação e ou permissão de uso estacionado em vaga de uso específico – idoso, portador de deficiência ou outro definido como de uso específico;
- III - sem registrar tempo no aparelho de parquímetro ou autorização avulsa durante a permanência e uso da vaga;
- IV - estacionar fora da limitação de sua vaga.

Parágrafo único. Utilizará de forma gratuita o Estacionamento Rotativo, todos os veículos a serviço de empresas prestadoras de serviço público, tais como: Telefonia, Energia Elétrica, SAAE, Prefeitura Municipal e outros, quando no exercício de suas funções, desde que estejam devidamente caracterizadas.



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 7º Os usuários do sistema devem cumprir a legislação e em caso contrário, ficam sujeitos a penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro, em seu regulamento, nas Resoluções do CONTRAN e nas Legislações Complementares ou Supletivas, ficando ainda sujeito à remoção do veículo.

§ 1º Recairá o ônus da remoção, sobre o proprietário do veículo removido, ressalvados os casos fortuitos.

§ 2º Nos espaços demarcados e reservados às emergências, em área destinada à "Zona Azul", os seus usuários poderão permanecer gratuitamente, durante o período estipulado pela sinalização, com pisca alerta ligado.

Art. 8º À Prefeitura Municipal não caberá, em hipótese alguma, responsabilidade indenizatória por acidentes, danos, furtos ou prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer, nos locais delimitados pelo sistema "Zona Azul".

Art. 9º O montante arrecadado pelo Município com o Estacionamento Rotativo "Zona Azul", será recolhido em conta especial e deverá ser revertido para a melhoria do trânsito em geral.

Art. 10. O termo de outorga da concessão do serviço a terceiros, deverá conter, entre outras disposições, as seguintes cláusulas da concessão:

I - o objeto, a área e o prazo da concessão;

II - as condições de exploração do Estacionamento Rotativo "Zona Azul", inclusive com previsão de regras e parâmetros de aferição de receitas, auditorias e controle do sistema estabelecido;

III - as condições econômicas e financeiras da empresa exploradora do serviço, prevendo, inclusive, os mecanismos para preservação do equilíbrio inicialmente estabelecido;

IV - a forma e periodicidade do pagamento devido ao Município;

V - a obrigatoriedade, a forma e a periodicidade para prestação de contas da empresa concessionária;

VI - os direitos, garantias e obrigações da empresa concessionária e do Poder Público Municipal concedente, inclusive os relacionados às necessidades de futura alteração ou ampliação da exploração concedida, bem como os relativos ao aperfeiçoamento e modernização dos equipamentos e instalações empregados;

VII - os direitos e deveres dos usuários das vagas de Estacionamento Rotativo, bem como o dever da concessionária de manter os usuários permanente e suficientemente informados acerca do funcionamento do sistema;

VIII - a forma de relacionamento da concessionária com os agentes do Poder Público, encarregados da fiscalização de trânsito e da atividade administrativa de polícia;



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

IX - eventuais penalidades que possam ser aplicadas à empresa concessionária pelo descumprimento das normas legais e contratuais para exploração da concessão;

X - as hipóteses e procedimentos para a extinção antecipada da concessão;

XI - o prazo para fornecimento e instalação dos equipamentos e para regularização das obras necessárias, bem como, o prazo máximo para início da exploração das vagas do Estacionamento Rotativo;

XII - o foro e o modo de resolução amigável de eventuais divergências, que possam surgir ao longo do prazo de vigência da concessão;

XIII - a obrigação da empresa concessionária em tomar todas as providências e adotar as medidas necessárias para garantir a adequada e satisfatória operação do sistema, tais como:

- a) gerenciamento;
- b) treinamento de pessoal;
- c) fornecimento de uniformes, equipamentos, materiais de consumo, combustível e impressos;
- d) confecções de placas de sinalização vertical e horizontal atendendo as normas do CONTRAN;
- e) aquisição de veículos para a fiscalização;
- f) outros gastos decorrentes de atividades correlatas a serem desenvolvidas.

XIV - que todos os equipamentos, obras e instalações serão incorporados ao patrimônio público municipal, após o término do contrato.

XV - durante o período de vigência da concessão, fica facultado ao concessionário, a exploração publicitária nos impressos, equipamentos e junto às sinalizações de estacionamento, com prévia anuência do Departamento de Trânsito e Transportes.

Parágrafo único. A empresa concessionária deverá oferecer garantia, na forma da Lei, do fiel cumprimento das obrigações que por ela venham a ser assumidas, como contrapartida da concessão, inclusive aquelas referentes ao fornecimento, instalação, funcionamento e à manutenção dos equipamentos vinculados à concessão.

Art. 11. Compete ao Departamento de Trânsito e Transportes do Município a organização, gerenciamento e fiscalização da concessão para exploração de Estacionamento Rotativo Pago - "Zona Azul".





GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

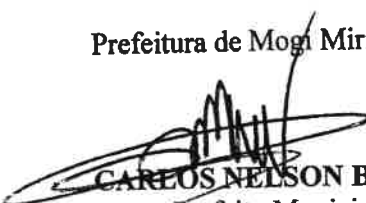
ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se os Decretos de nº 3.342/01 e 3.890/06.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

Prefeitura de Mogi Mirim, 19 de novembro de 2010.

  
**CARLOS NELSON BUENO**  
Prefeito Municipal

  
**GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR**  
Chefe de Gabinete

  
**VITOR RUBENS M. COPPI**  
Diretor de Trânsito e Transportes

  
**REGINA CÉLIA SILVA**  
Chefe da Divisão de Gestão  
em Legislação Executiva



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

## DECRETO Nº 3.611

### **REGULAMENTA A OPERAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO POR ÔNIBUS, MICRO ÔNIBUS E VEÍCULOS ESPECIAIS.**

**Dr PAULO DE OLIVERIA E SILVA**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** que o serviço de transporte coletivo é de utilidade pública;

**CONSIDERANDO** o peculiar interesse do Município de Mogi Mirim, o bem estar da comunidade e o melhor atendimento aos usuários dessa prestação de serviço;

**CONSIDERANDO**, finalmente, que é de competência do poder público, regulamentar a operação do sistema de transporte coletivo.

## **D E C R E T A:-**

### **Capítulo I**

#### **Do transporte coletivo por ônibus**

Art. 1º - Compete ao Município de Mogi Mirim organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo por ônibus.

### **Capítulo II**

#### **Do serviço de transporte coletivo por ônibus**

Art. 2º - O serviço público de transporte coletivo por ônibus é serviço essencial, devendo ser prestado de forma adequada ao pleno atendimento do usuário e de acordo com a legislação vigente e as condições do contrato de permissão, deste Regulamento e demais ordens de serviço, portarias, determinações, normas e instruções complementares.

Parágrafo Único - A prestação adequada do serviço é a que satisfaz as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade das técnicas, da tecnologia, do atendimento, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - O serviço público de transporte coletivo por ônibus compreende todos os veículos, equipamentos, instalações e atividades inerentes à sua produção, bem como as conexões modais e intermodais.

## **Capítulo III**

### **Da gestão do serviço de transporte coletivo por ônibus**

Art. 4º - Como gestor do serviço municipal de transporte coletivo por ônibus, cabe ao DOV – Divisão de Trânsito:

- I. Controlar, vistoriar e fiscalizar a execução do serviço.
- II. Aprovar a implantação, supressão e alteração de linhas e serviços.
- III. Aprovar itinerários, pontos de parada, pontos de controle das linhas, estações e terminais de integração.
- IV. Emitir ordens de serviço às Permissionárias.
- V. Aprovar os quadros de horários e frotas.
- VI. Vistoriar e fiscalizar frotas, equipamentos e instalações.
- VII. Fixar parâmetros e índices da planilha de custos e promover sua revisão sempre que necessário.
- VIII. Propor reajustes das tarifas e proceder à revisão da estrutura tarifária.
- IX. Cadastrar os veículos das Permissionárias.
- X. Promover auditorias nas Permissionárias.
- XI. Aplicar penalidades previstas nos contratos de permissão e neste regulamento.
- XII. Fixar normas para a integração física, operacional e tarifária do serviço.
- XIII. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, operar e solucionar as solicitações/reclamações dos usuários.
- XIV. Estimular o aumento da qualidade e produtividade do serviço prestado.
- XV. Estimular a preservação do meio ambiente e a conservação energética.
- XVI. Garantir a participação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.
- XVII. Propor a declaração de utilidade pública dos bens necessários à execução do serviço ou obra pública.

Parágrafo Único – Para o exercício de suas atribuições, poderá o DOV – Divisão de Trânsito, contratar serviços de terceiros ou firmar convênios.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

## Capítulo IV

### Da organização e da execução do serviço de transporte coletivo por ônibus

Art. 5º - Os serviços integrantes do transporte coletivo por ônibus são classificados nas seguintes categorias:

- I. Regulares: são os serviços básicos executados de forma contínua e permanente, através de linhas, obedecendo itinerários e horários previamente estabelecidos, com pontos de embarque e desembarque ao longo do percurso e com valor de tarifa normal do serviços.
- II. Experimental: são os serviços executados e explorados em caráter provisório, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, para verificar sua viabilidade econômica.
- III. Extraordinário: são os executados e explorados em caráter excepcional para atender a necessidades eventuais, à exemplo de caso fortuito e de força maior.

§ 1º - O veículo cadastrado para a prestação de serviços em determinada categoria poderá operar em outra categoria desde que previamente determinado ou autorizado pela DOV – Divisão de Trânsito.

§ 2º - Os serviços das Permissionárias para atendimento a eventos específicos como feiras, exposições e *shows* de alta demanda serão determinados pela DOV – Divisão de Trânsito.

Art. 6º - O DOV – Divisão de Trânsito aprovará o itinerário, extensão, pontos de embarque e desembarque, pontos de controle, pontos finais, estações e terminais de integração e quadro de horários para a operação das linhas, através de OSO – Ordem de Serviço de Operação, portarias, determinações, normas e instruções complementares.

§ 1º - Para atender ao planejamento do serviço, considerando aspectos sociais e econômicos, o DOV – Divisão de Trânsito poderá criar, alterar e suprimir linha ou serviço.

§ 2º - A criação, alteração ou supressão de linhas ou serviços poderão ser propostos pela Permissionária.

Art. 7º - O cumprimento das Ordens de Serviço de Operação será acompanhado pelo DOV – Divisão de Trânsito, através da fiscalização da operação do serviço e pelos documentos emitidos pelas Permissionárias sobre as viagens realizadas, frota empenhada, movimentação de passageiros, discos de tacógrafos e outros dados que forem solicitados.

Art. 10 – A operação de estações e terminais e o funcionamento das atividades decorrentes da prestação deste serviço serão reguladas por normas específicas baixadas pelo DOV – Divisão de Trânsito.

Art. 11 – O DOV – Divisão de Trânsito poderá determinar todo ajuste para a melhoria da prestação do serviço, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato de permissão.

Art. 12 – Não será admitida a ameaça de interrupção nem a solução de continuidade, bem como a deficiência na prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus.

Parágrafo Único – Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência motivada por razões de segurança ou impossibilidade insuperável de sua realização.

Art. 13 – Para os efeitos do disposto no parágrafo único, do Art. 12, será considerada deficiência na prestação do serviço, especialmente:

- I. Realizar locaute, ainda que parcial.
- II. Apresentar elevado índice de acidentes na operação por falta ou deficiência de manutenção, bem como imprudência de seus empregados ou prepostos.
- III. Incorrer em infração prevista no contrato de permissão já considerado motivo de rescisão do vínculo jurídico.
- IV. Reduzir os veículos programados para a operação sem o consentimento do DOV – Divisão de Trânsito.
- V. Operar os veículos de características diversas daquele efetivamente contratado e previsto no Edital de Licitação.

## Capítulo V

### Dos veículos, equipamentos e instalações





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Art. 14 - As Permissionárias deverão utilizar, para execução dos serviços, veículos, equipamentos e pessoal de operação vinculados exclusivamente ao serviço objeto da permissão.

§ 1º - A vinculação de que trata este Art. é condição expressa em todas as relações da Permissionária com terceiros, que envolvam os bens vinculados, quer com o objeto da própria operação, quer como garantia.

§ 2º - A Permissionária manterá à disposição do DOV - Divisão de Trânsito, em perfeitas condições de uso, veículos, equipamentos e instalações com as características estabelecidas no contrato de permissão.

§ 3º - Todos os veículos, equipamentos e instalações necessários à operação deverão ser registrados no DOV - Divisão de Trânsito e atualizados sempre que ocorrerem alterações, de acordo com as características e especificações fixadas no contrato e normas complementares do DOV - Divisão de Trânsito, estando sujeitos a vistoria prévia à vinculação.

§ 4º - Só poderão ser licenciados, para os serviços de transporte coletivo, veículos apropriados às características das vias públicas do Município e que satisfaçam as especificações, normas e padrões técnicos estabelecidos no contrato de Permissão e pelo DOV - Divisão de Trânsito.

§ 5º - A utilização de veículos em teste ou pesquisa de novas tecnologias, combustíveis, materiais e equipamentos só será admitida após prévia autorização do DOV - Divisão de Trânsito.

Art. 15 - O DOV - Divisão de Trânsito emitirá um Certificado de Vinculação ao Serviço - CVS, para os veículos que estiverem aprovados na vistoria.

§ 1º - A emissão do CVS é condição para que o veículo esteja apto a entrar em operação.

§ 2º - A Permissionária, sempre que for exigido, apresentará os seus veículos para vistoria.

Art. 16 - As Permissionárias deverão apresentar anualmente ao DOV - Divisão de Trânsito plano anual de renovação de frota.

Parágrafo Único - A substituição do veículo deverá ser procedida até o final do ano de vencimento da sua vida útil.

Art. 17 - Os veículos que, a critério do DOV - Divisão de Trânsito, não mais apresentarem condições de atender aos serviços, terão seus registros



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO  
cancelados e deverão ser imediatamente retirados da operação e substituídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 18 – O veículo a ser substituído deverá ser encaminhado à vistoria do DOV – Divisão de Trânsito, com o CVS e estar sem a padronização visual do serviço de transporte coletivo por ônibus, exceto a pintura da carroceria.

Art. 19 – Em caso de acidentes que impeçam a circulação normal do veículo por mais de 30 dias, a Permissionária, após reparadas as avarias e antes de colocar o veículo novamente em operação, deverá submetê-lo à vistoria especial, a ser efetuado pelo DOV, como condição imprescindível para o seu retorno à operação.

Art. 20 – A manutenção e o abastecimento dos veículos devem ser feitos na garagem da Permissionária, não admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros em seu interior.

Art. 21 – O DOV – Divisão de Trânsito determinará as informações que deverão constar no veículo, bem como sua padronização visual interna e externa.

Art. 22 – A garagem deverá apresentar instalações suficientes e deverá ser provida de todos os equipamentos que forem necessários à manutenção, guarda e reparo dos veículos, conforme norma específica.

## Capítulo VI

### Das infrações e procedimentos para aplicação das penalidades e dos recursos

Art. 23 – Na operação do serviço de transporte coletivo por ônibus, a Permissionária submete-se às seguintes proibições:

- I. Causar danos às instalações, estações e terminais.
- II. Retardar o início da operação.
- III. Colocar em circulação veículo não autorizado para a operação.
- IV. Exercer nas dependências alocadas à permissão, atividades empresariais com fins lucrativos, estranhas ao objeto do contrato.
- V. Deixar a garagem de dispor de instalações e equipamentos contratualmente exigidos, para adequada operação e manutenção do serviço.
- VI. Danificar ou adulterar equipamentos mecânicos ou eletrônicos de controle, medição, aferição e arrecadação, que venham a ser instalados por determinação do DOV –





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

- Divisão de Trânsito, nos veículos vinculados, estações e terminais, bem como nas instalações próprias, garagens, oficinas e escritórios.
- VII. Autorizar e/ou cobrar tarifa diversa daquela estabelecida pelo DOV - Divisão de Trânsito.
  - VIII. Transportar passageiros gratuitamente, ressalvadas as exceções previstas em lei ou no presente regulamento.
  - IX. Não permitir, injustificadamente, a entrada de passageiros com direito a gratuidade assegurada por lei.
  - X. Recusar, injustificadamente, o recebimento de passes, bilhetes ou vales transporte.
  - XI. Deixar de comercializar bilhetes de integração, quando houver, para os usuários.
  - XII. Dificultar, retardar ou impedir o livre acesso do pessoal de fiscalização do DOV - Divisão de Trânsito, nas atividades de acompanhamento da operação, inspeções periódicas, verificação da documentação envolvida, bem como em auditoria relativa ao cumprimento das normas de operação e outras estabelecidas pelo DOV - Divisão de Trânsito.
  - XIII. Portar o empregado ou preposto da Permissionária, quando em serviço, arma de qualquer natureza.
  - XIV. Deixar de cumprir Aviso, Ofício, Carta, Memorando, Comunicação ou qualquer outra correspondência oficial do DOV - Divisão de Trânsito, compatíveis com o contrato e recebidas com antecedência necessária para o seu cumprimento.
  - XV. Deixar de adotar relatórios, impressos ou documentos instituídos pelo DOV - Divisão de Trânsito.
  - XVI. Falsificar e/ou utilizar documento falso em informações prestadas ao DOV - Divisão de Trânsito.
  - XVII. Deixar de observar prazo previamente estabelecido para entrega de documentos ou informações ao DOV - Divisão de Trânsito.
  - XVIII. Recusar-se a receber documentos encaminhados pela Prefeitura obedecido o horário comercial.
  - XIX. Empregar na operação motoristas inabilitados.
  - XX. Descumprir o número de partidas programadas na OSO para cada faixa horária.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

- XXI. Utilizar, na limpeza interna do veículo, substância que prejudique a segurança e saúde dos usuários.
- XXII. Manter em operação veículo com vidro quebrado ou sem vidro.
- XXIII. Manter em operação veículo com banco solto ou quebrado.
- XXIV. Manter em operação veículo com balaustre, corrimão, apoio ou coluna solta ou em falta.
- XXV. Manter em operação veículo com espelho retrovisor, ou equipamento eletrônico de visualização, com defeito ou em falta.
- XXVI. Manter em operação veículo com defeito no sistema de iluminação externa.
- XXVII. Manter em operação veículo sem extintor de incêndio ou extintor sem carga ou vencido.
- XXVIII. Manter em operação veículo que não atenda a identidade visual interna e externa, determinada pelo DOV - Divisão de Trânsito.
- XXIX. Deixar de divulgar ou afixar adequadamente comunicação institucional determinada pelo DOV - Divisão de Trânsito, desde que recebida com antecedência necessária.
- XXX. Manter em operação veículo em desacordo com determinação do DOV - Divisão de Trânsito, particularmente no que se refere a especificações técnicas e layout interno.
- XXXI. Deixar de limpar interna e externamente o veículo.
- XXXII. Operar o veículo com defeito nas portas de embarque, desembarque ou saída de emergência.
- XXXIII. Operar o veículo com a área envidraçada defeituosa ou em condições inseguras.
- XXXIV. Operar o veículo com buzina, ou equipamento sonoro de advertência, sem funcionar.
- XXXV. Operar o veículo com defeito no limpador de pára-brisa.
- XXXVI. Operar o veículo com defeito no sistema de iluminação interna.
- XXXVII. Operar o veículo com a carroceria apresentando mal estado de conservação (amassada, furada e pintura descascada).
- XXXVIII. Afixar no veículo inscrições sem autorização do DOV - Divisão de Trânsito.
- XXXIX. Operar o veículo com piso anti-derrapante solto.
- XL. Deixar de fornecer ao usuário o troco correspondente, salvo motivo de força maior.
- XLI. Permitir atividade de vendedor ambulante no interior dos veículos, estações e terminais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

**XLII. Transportar animais e cargas perigosas.**

Art. 24 – O motorista dos veículos utilizados no Serviço de Transporte Coletivo por Ônibus submete-se às seguintes proibições:

- I. Dirigir o veículo de modo a comprometer a segurança dos usuários.
- II. Interromper a viagem sem motivo justificado.
- III. Dirigir o veículo embriagado ou sob o efeito de substância tóxica.
- IV. Fumar no interior do veículo.
- V. Deixar de portar a documentação exigida por lei.
- VI. Deixar de apresentar-se devidamente uniformizado.
- VII. Recusar-se a exibir documentos de identificação funcional quando solicitado pela fiscalização.

Art. 25 – Não é permitido, sob qualquer pretexto, deixar de executar manutenção preventiva no veículo, vedando-se, ainda:

- I. Executar parcialmente o plano de manutenção.
- II. Deixar de cumprir as normas e procedimentos técnicos atinentes à boa conservação e manutenção dos veículos e equipamentos conforme estabelecido pelo DOV - Divisão de Trânsito.
- III. Liberar para a operação veículo que não apresente condições de segurança.
- IV. Alterar as características originais do veículo, sem autorização expressa do DOV - Divisão de Trânsito.
- V. Deixar de atender as características estabelecidas pelo DOV - Divisão de Trânsito, particularmente no que se refere a especificações técnicas e layout interno.
- VI. Desobedecer a identidade visual interna e externa do veículo, determinada pelo DOV - Divisão de Trânsito.
- VII. Instalar no veículo equipamentos, conjuntos, componentes e peças que não obedeçam as especificações técnicas definidas pelo DOV - Divisão de Trânsito.
- VIII. Dificultar, retardar ou impedir o livre acesso do pessoal técnico do DOV - Divisão de Trânsito, nas atividades de acompanhamento da manutenção, inspeções periódicas, verificação da documentação envolvida, bem como em auditoria relativa ao



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

- cumprimento das normas de manutenção e outras estabelecidas pelo DOV - Divisão de Trânsito.
- IX. Não providenciar veículo de socorro para rebocar o veículo coletivo avariado na via pública.
  - X. Abandonar o veículo na via pública.
  - XI. Manter os padrões de disponibilidade e confiabilidade abaixo do definido.
  - XII. Deixar de utilizar relatórios, impressos ou documentos instituídos pelo DOV - Divisão de Trânsito.
  - XIII. Falsificar e/ou utilizar documento falso em informações prestadas ao DOV - Divisão de Trânsito.
  - XIV. Deixar de obedecer prazo previamente estabelecido para entrega de documento ao DOV - Divisão de Trânsito.
  - XV. Deixar de cumprir Aviso, Ofício, Carta, Memorando, Comunicação ou qualquer outra correspondência oficial do DOV - Divisão de Trânsito, compatíveis com o contrato e recebidas com antecedência necessária para o seu cumprimento.
  - XVI. Deixar de utilizar equipamentos de segurança individual de acordo com as normas de segurança vigentes.

Art. 26 – O presente Regulamento se fará cumprir através da fiscalização exercida pelo DOV - Divisão de Trânsito.

Art. 27 – Os agentes encarregados da fiscalização deverão informar em formulário próprio, as irregularidades verificadas, observando o código numerado, bem como horário, data e local da ocorrência e os dados característicos do veículo autuado.

Art. 28 – Cometidas duas ou mais infrações, independentemente de sua natureza, aplicar-se-ão, concomitantemente, as penalidade correspondentes a cada uma delas.

Art. 29 – A aplicação de penalidades não desobriga o infrator de corrigir a falta que deu origem.

Art. 30 – A Permissionária será responsável pelos seus atos e de seus prepostos perante ao DOV - Divisão de Trânsito.

Art. 31 – A penalidade de advertência converter-se-á em multa, caso não sejam atendidas as providências no prazo que for estabelecido.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Art. 32 – A aplicação das penalidades previstas no presente regulamento não impede o DOV - Divisão de Trânsito ou terceiros, de promover a responsabilização civil ou criminal da Permissionária e seus agentes, na forma de legislação própria.

Art. 33 – A aplicação das sanções e respectivas defesas e recursos, observar-se-á procedimento a ser determinado em norma específica.

Art. 34 – Para efeito de aplicação deste Regulamento, as infrações classificam-se em GRAVES, MÉDIAS e LEVES.

Art. 35 – A reincidência será caracterizada pela nova incidência em infração do mesmo enquadramento, considerando-se, para fins de identificação, o período inferior a 60 dias para as infrações de natureza grave e inferior a 30 dias para as infrações de natureza média e leve.

Art. 36 – Constatada e caracterizada a infração, será lavrado o Auto de Infração – AI, que deverá conter:

- a) nome da empresa Permissionária responsável pela operação;
- b) linha;
- c) prefixo / placa do veículo e número da linha;
- d) local, data e hora da infração;
- e) sentido da operação (centro-bairro ou bairro-centro);
- f) descrição da infração;
- g) local da constatação da infração (se em operação comercial ou na garagem);
- h) modo da constatação da infração (se por vistoria, controles ou comunicado pela empresa);
- i) prazo para correção da irregularidade constatada;
- j) valor da multa aplicada, expressa em Tarifa vigente;
- k) valor da multa aplicada, expressa em moeda corrente nacional;
- l) assinatura do responsável pela emissão; e
- m) data da emissão.

Art. 37 – A Permissionária, responsável pelo veículo autuado, terá um prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento do Auto de Infração, para efetuar o pagamento correspondente ao valor da multa, expresso em Real, ou apresentar



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

defesa escrita, mediante depósito prévio do valor correspondente à penalidade aplicada, em conta bancária especificamente mantida pelo DOV - Divisão de Trânsito, para esse fim e que ficará vinculada ao Sistema Municipal de Transportes Coletivos de Passageiros.

Parágrafo Único – Não serão conhecidas as defesas apresentadas sem o respectivo comprovante do depósito prévio referido neste Art..

Art. 38 – A defesa apresentada na forma estabelecida no Art. anterior será submetida à apreciação de decisão de Comissão de Infrações e Multas a ser constituída por Portaria específica, para julgar os casos de infrações previstas neste Regulamento.

Art. 39 – Da decisão da Comissão de Infrações e Multas – caberá recurso, com efeitos suspensivos e devolutivo, ao Superintendente do DOV - Divisão de Trânsito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data em que a empresa foi cientificada daquela decisão.

Art. 40 – Julgado improcedente o Auto de Infração, pela Comissão de Infrações e Multas, ou provido o recurso, pelo Superintendente do DOV - Divisão de Trânsito, o valor da multa, depositado nos termos do disposto no Art. 37 do presente Regulamento, será restituído ao interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for o mesmo cientificado da decisão.

Parágrafo Único – Na hipótese da restituição prevista neste Art. não ser efetuada dentro do prazo estabelecido, o depósito será acrescido, a partir da mora, de custos financeiros equivalentes à atualização monetária, *pro rata temporis*, juros e despesas bancárias, além de multa, obedecida a legislação aplicável.

Art. 41 – Mantida a sanção imposta, ou transcorrido *in albis* o prazo de defesa ou de recurso, o valor de depósito será revertido para pagamento da multa aplicada.

Art. 42 – Se o pagamento correspondente à multa imposta não for efetuado no prazo estabelecido no Art. 37 deste Regulamento, independentemente de notificação, o referido valor, calculado com base na Tarifa vigente a época será acrescido de 10% (dez por cento) a título de mora, e dos custos financeiros correspondentes à atualização monetária *pro rata temporis* juros e despesas bancárias, e poderá ser descontado de eventuais créditos existentes a favor da Permissionária.

Art. 43 – Sem prejuízo de defesa, a Permissionária fica obrigada a comunicar por escrito ao DOV - Divisão de Trânsito, em 24 (vinte e quatro) horas, fato alheio à prestação do serviço, ocorrido independentemente de sua vontade e que não tenha podido evitar, e que tenha ocasionado ou concorrido para a ocorrência de infração prevista neste Regulamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

§ 1º - Efetivada a comunicação mencionada no *caput* deste Art. e comprovada a existência do referido fato, as penalidade eventualmente impostas ficarão suspensas durante o decurso do prazo previsto para a correção e até que cesse os efeitos do fato comunicado, sujeitando-se, a empresa contratada, decorrido o prazo sem que a irregularidade tenha sido sanada, às penalidade cabíveis, inclusive com caracterização de reincidência, se for o caso.

§ 2º - O DOV - Divisão de Trânsito poderá dilatar os prazos previstos para correção desde que a gravidade do fato e as condições objetivas para saná-lo assim o exijam.

Art. 44 - A aplicação das penalidades previstas neste Regulamento, que só deixarão de ser impostas na ocorrência de motivos de força maior, devidamente comprovados, não isentará a Permissionária das demais sanções previstas nos contratos respectivos.

Art. 45 - As penalidades serão impostas de acordo com a gravidade da infração e terão prazo, valor e prazo para reincidência coerentes com a gravidade das ocorrências.

Art. 46 - São infrações graves:

- I. Infrações aos incisos I a XX, do Art. 23; incisos I a III, do Art. 24; *caput* e incisos I a XVIII, do Art. 25.
- II. Penalidade: multa.
- III. Valor: 100 Tarifas.
- IV. Reincidência: 200 Tarifas.
- V. Prazo para correção: imediato.
- VI. Prazo no qual se caracteriza a reincidência: 60 dias.

Art. 47 - São infrações médias:

- I. Infrações aos incisos XXI a XXXI, do Art. 23; inciso IV, do Art. 24.
- II. Penalidade: multa.
- III. Valor: 50 Tarifas.
- IV. Reincidência: 100 Tarifas.
- V. Prazo para correção: 12 horas.
- VI. Prazo no qual se caracteriza a reincidência: 30 dias.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º - A instalação de equipamentos de segurança e controle nos veículos de operação é obrigatória, desde que exigida em lei.

Art. 9º - Para início da operação, o DOV – Divisão de Trânsito fará vistoria dos veículos para a comprovação das características e especificações técnicas fixadas no contrato de permissão a fim de vinculá-los ao serviço.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Art. 48 – São infrações leves:

- I. Infrações aos incisos XXXII a XLIII, do Art. 23; incisos V a VII, do Art. 24.
- II. Penalidade: advertência escrita.
- III. Reincidência: multa de 50 Tarifas.
- IV. Prazo para correção: 24 horas.
- V. Prazo no qual se caracteriza a reincidência: 30 dias.

## Capítulo VII

### Disposições gerais e transitórias

Art. 49 – Os serviços de operação e manutenção devem ser executados pela Permissionária, conforme os padrões estabelecidos pelo DOV - Divisão de Trânsito.

Art. 50 – A Permissionária deve manter os veículos, estações e terminais em perfeito estado de conservação e funcionamento, obedecendo instruções e procedimentos de execução referentes aos planos de operação e manutenção estabelecidos pelo DOV - Divisão de Trânsito, garantindo os níveis de disponibilidade e confiabilidade estabelecidos.

Art. 51 – O DOV - Divisão de Trânsito poderá aplicar o presente Regulamento quando a Permissionária deixar de manter o padrão exigido nos serviços de operação e manutenção.

Art. 52 – A manutenção dos veículos deve ser realizada na garagem, não sendo admitida, sob qualquer pretexto, a presença de passageiros a bordo.

Art. 53 – A Permissionária obriga-se a:

- I. Permitir livre acesso ao pessoal técnico e de fiscalização do DOV - Divisão de Trânsito, nas atividades de acompanhamento da operação e manutenção, inspeções periódicas, verificação e acompanhamento da documentação envolvida, bem como auditoria relativa ao cumprimento das normas de operação e manutenção deste Regulamento, aqui descritas e demais normas estabelecidas pelo DOV - Divisão de Trânsito.
- II. Fornecer os dados e informações necessárias, quando solicitada.
- III. Executar os procedimentos e rotinas administrativas referentes ao sistema de gerenciamento de operação e manutenção definidos pelo DOV - Divisão de Trânsito.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

- IV. Obter prévia e expressa autorização do DOV - Divisão de Trânsito antes de efetuar qualquer alteração das características originais dos veículos e equipamentos.

Art. 54 - Caberá ao DOV - Divisão de Trânsito a fiscalização, controle e avaliação das ações de operação e manutenção, referentes ao desenvolvimento das atividades, competindo-lhe, especialmente as seguintes atividades:

- I. Inspeção periódica dos veículos.
- II. Avaliação das instalações e equipamentos operacionais e de manutenção, além do ferramental atinente à conservação e manutenção da frota, verificando inclusive, os recursos humanos e técnicos utilizados.
- III. Verificação do cumprimento das inspeções, normas e procedimentos de execução dos planos de manutenção e operação.
- IV. Análise do cumprimento dos parâmetros de avaliação de eficiência de operação e manutenção, principalmente no que diz respeito a disponibilidade e confiabilidade dos veículos.

Art. 55 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 28 de novembro de

2003.

**Dr. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito Municipal

**GP - SECRETARIA**

O(A) Decreto nº 3.641

FOI PUBLICADO(A) NO ÓRGÃO OFICIAL DO

MUNICÍPIO (JORNAL A Economia)

EM SUA EDIÇÃO DE 29, 11, 03

MOGI MIRIM, 01, 12, 03





GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

1

DECRETO Nº 3.527

REGULAMENTA O INCISO I DO ARTIGO 25, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.101, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1998.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc., no uso de suas atribuições legais;

## DECRETA :-

Art. 1º - O presente Decreto regulamenta o inciso I do artigo 25, da Lei Municipal nº 3.101, de 03 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a Administração do Serviço Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros Por Ônibus no Município de Mogi Mirim, cujo dispositivo assegura o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa aos alunos dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino, mediante a compra antecipada de passe especial.

Art. 2º - Pagarão 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa do serviço público de transporte coletivo do Município, mediante a aquisição antecipada de passe especial, ora denominado "**PASSE ESTUDANTE**", os alunos matriculados e que estejam freqüentando regularmente, em estabelecimentos de ensino públicos ou particulares, os seguintes cursos:

- I - ensino fundamental, médio e superior;
- II - ensino técnico profissionalizante;
- III - de educação especial.

Parágrafo Único - Para fins de obtenção do benefício referido no "caput" deste artigo, não são considerados, como de ensino técnico profissionalizante ou de educação especial, citados nos incisos II e III deste artigo, os cursos de escolas de idiomas, informática, instrumentos musicais, preparação para exame vestibular, esportes, dança, ginástica e outros similares.

Art. 3º - Para aquisição do "**PASSE ESTUDANTE**", com a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa, o aluno interessado deverá se credenciar perante a concessionária do serviço público de transporte coletivo, no mínimo, a cada semestre do ano letivo, demonstrando que está enquadrado em qualquer das condições previstas no artigo anterior, por meio de atestado escolar, e comprovar que necessita de transporte para freqüentar a escola, sendo:

- I - por estar sujeito a locomoção superior a 2.000 (dois mil) metros;
- II - por estar impossibilitado de locomover-se por distância inferior a referida no inciso anterior, em razão de moléstia.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

2

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo Único - A comprovação da necessidade de transporte para frequentar a escola será feita, na hipótese citada no inciso I, por meio de comprovante de endereço e de declaração confirmada por duas testemunhas, sob pena de responsabilidade civil e criminal, e, na hipótese citada no inciso II, por meio de atestado médico competente.

Art. 4º - O "PASSE ESTUDANTE", sob a forma de ficha, cupom ou cartão magnético ou eletrônico, terá validade somente no trajeto entre o endereço do aluno e a escola e vice-versa, em dias letivos, no período de frequência às aulas, conforme o caso, manhã, tarde ou noite, exceto aos sábados, domingos e feriados, quando poderá ser utilizado em período diverso, para a participação em atividades complementares ou extra-classe, inclusive eventos culturais ou esportivos e comemorações cívicas, desde que haja comprovação específica.

Parágrafo Único - O aluno não pagará nenhum valor adicional ao do "PASSE ESTUDANTE", em razão do fornecimento do documento de validação, qualquer que seja a sua forma (ficha, cupom ou cartão), exceto quando se tratar de cartão magnético ou eletrônico e for necessário o fornecimento de um outro por deterioração ou extravio não causado pela concessionária do serviço público de transporte, caso em que será devido pelo titular o valor correspondente ao custo de confecção do novo cartão.

Art. 5º - O aluno, pagando apenas 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa, poderá adquirir a quantidade de "PASSE ESTUDANTE", necessária aos deslocamentos para a frequência às aulas e outras atividades escolares, considerando-se tanto a ida como a volta, de qualquer modo, no limite máximo de 50 (cinquenta) unidades, por período mensal.

Art. 6º - O "PASSE ESTUDANTE" é de uso pessoal e intransferível, sendo aceito somente com a exibição da credencial personalizada do aluno, que conterá a fotografia deste, para a perfeita identificação.

Parágrafo Único - O uso indevido do "PASSE ESTUDANTE", por quem não seja o titular, ainda que este outro também tenha direito ao benefício, acarretará, além da perda daquele passe, a apreensão credencial do aluno, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis às pessoas envolvidas.

Art. 7º - A empresa concessionária do serviço público de transporte adotará as medidas necessárias ao perfeito cumprimento das disposições deste regulamento, inclusive o credenciamento dos alunos com direito ao "PASSE ESTUDANTE" e a revisão periódica do quadro de alunos credenciados, podendo, para tanto, articular-se com os estabelecimentos de ensino, visando a facilitação dos trabalhos.

Art. 8º - As disposições deste regulamento aplicam-se à concessão do "PASSE ESTUDANTE" que é feita pelo DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (DEC) da Prefeitura de Mogi Mirim.

Art. 9º - A fiscalização do cumprimento deste regulamento caberá aos agentes designados pelo Setor de Transporte Coletivo do Departamento de Obras e Viação (DOV) da Prefeitura de Mogi Mirim.



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

3

de sua publicação.

Art. 10 - Este Decreto entrará em vigor na data

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

de 2 003.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 29 de abril

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA  
Prefeito Municipal

**GP - SECRETARIA**

O(A) Decreto nº 3527

FOI PUBLICADO(A) NO ÓRGÃO OFICIAL DO

MUNICÍPIO (JORNAL Acomune)

EM SUA EDIÇÃO DE 03, 05, 03

MOGI MIRIM, 05, 05, 03.

REGINA CÉLIA SILVA  
Chefe da Divisão de  
Expediente e Registro



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

## **LEI Nº 4.548**

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PELO PODER EXECUTIVO, A ABRIR PROCESSO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, PARA FINS QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CARLOS NELSON BUENO**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, autorizado a abrir processo de licitação, na modalidade Concorrência Pública, para fins de **concessão** de uso de bem imóvel de propriedade deste Município à pessoa jurídica de direito privado, o qual se destina a finalidade de **Terminal Rodoviário** "Dr. Antonio José Franco de Campos", localizado à Rua Padre Roque s/nº, bem como a concessão onerosa de serviços de administração, operação, manutenção, limpeza e segurança e a exploração comercial desse Terminal Rodoviário, pelo prazo de concessão de até 30 (trinta) anos, a partir da assinatura do contrato.

§ 1º A presente concessão é de caráter especial, sendo vedado o funcionamento de áreas e pontos de embarque e desembarque no perímetro urbano e fora do Terminal Rodoviário de linhas de ônibus intermunicipal e interestadual de característica rodoviária.

§ 2º A presente concessão tem caráter de exclusividade, cabendo única e exclusivamente à concessionária a exploração desse serviço.

Art. 2º A concessão dos serviços públicos, de que trata esta Lei, será realizada mediante processo de licitação pública, obedecidas as Leis Federais nºs 8.666/93 e suas alterações posteriores e 8.987/95.

Art. 3º O Poder Executivo fica obrigado a baixar Decreto específico para dotar o Terminal Rodoviário de um Regulamento Geral, que estabeleça o padrão de serviços a serem prestados pela concessionária, garantindo pleno conforto e segurança aos usuários e fixar as Tarifas de Embarque e de Uso dos Sanitários, considerando a modicidade tarifária e que garanta pleno conforto e segurança aos usuários.

§ 1º A Concessionária deverá implantar as melhorias constantes do Edital de Licitação no prazo máximo de um ano da assinatura do contrato com a Prefeitura Municipal, sendo que o início das obras dar-se-á em no máximo 30 (trinta) dias dessa assinatura.

§ 2º Entre as melhorias exigidas no Edital de Licitação e previstas em projetos e memoriais específicos estarão as determinações das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da legislação vigente, notadamente as referentes à higiene e à segurança dos trabalhadores e dos usuários, as da acessibilidade, em especial as da Lei Municipal nº 2.222/91 e as constantes da Lei Municipal nº 2.214/91.





GABINETE DO PREFEITO

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

§ 3º A Concessionária deverá implantar sistema de gestão administrativa e ambiental, dentro das modernas normas administrativas e legais, atualizando-as até o final da concessão.

§ 4º A Concessionária deverá manter durante toda a vigência do contrato as condições do Terminal Rodoviário após as reformas previstas no Edital, com suas melhorias.

§ 5º Os portadores de necessidades especiais e seus respectivos acompanhantes são isentos de tarifa de uso dos sanitários.

Art. 4º Na Lei Municipal nº 3.905/2004, onde se lê: "Estação Rodoviária"; leia-se: "Terminal Rodoviário".

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2008.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 20 de fevereiro de

  
**CARLOS NELSON BUENO**  
Prefeito Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 4.448

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PELO PODER EXECUTIVO, A OUTORGAR EM CONCESSÃO, PRECEDIDA DE OBRA PÚBLICA, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE AFASTAMENTO DE ESGOTOS E A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, INCLUINDO A DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS NELSON BUENO, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º Fica o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, autorizado a outorgar à iniciativa privada, mediante concessão, precedida de obra pública, a prestação dos serviços de complementação da implantação de sistema de afastamento de esgotos e a implantação e operação de sistema de tratamento de esgotos do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, compreendendo:

a) Coletor Tronco Santo Antônio – Bacia SB-06 – a ser implantado ao longo do córrego Santo Antonio;

b) Coletor Tronco Lavapés – Bacia SB-07 – a ser implantado ao longo do córrego Lavapés;

c) Coletor Tronco do Boa – Bacia SB-16 – a ser implantado ao longo do córrego do Boa até a Rodovia SP-147;

d) Coletor Tronco Mogi Mirim – a ser implantado a partir da Rodovia SP-147 até a Praça Lyons;

e) Emissário por Gravidade Mogi Mirim – a ser implantado ao longo do Rio Mogi Mirim a partir da Praça Lyons até a Estação Elevatória final;

f) Emissário por recalque – a ser implantado a partir da estação elevatória final até a caixa de passagem;

g) Emissário por Gravidade – a ser implantado a partir da caixa de passagem até a ETE;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

- h) Estação Elevatória Final;
- i) Estação de Tratamento de Esgotos;
- j) Emissário Final.

Art. 2º A concessão ora autorizada será precedida de regular processo de licitação, na modalidade de concorrência pública e reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, pela Lei Federal nº 8.987/95, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, pela Lei Orgânica do Município, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do edital de licitação e do respectivo contrato de concessão.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga da concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Art. 3º O prazo da concessão será de 30 (trinta) anos contados da data da assinatura do contrato, findos os quais, retornarão ao Poder Concedente os serviços contratados e todos os bens reversíveis, os direitos e os privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no Edital e no Contrato.

Art. 4º A remuneração da concessionária será fixada pela tarifa constante da proposta vencedora da licitação aplicada aos serviços realizados, a qual será preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na Lei, no edital de licitação e no contrato.

§ 1º Para o pagamento da remuneração a que se refere o "caput" será criado um Fundo, devidamente autorizado por Lei, constituído dos seguintes recursos:

I - da totalidade da receita advinda da tarifa de tratamento de esgotos cobrada diretamente dos usuários;

II - da transferência de 70% (setenta por cento) da receita da tarifa de esgotos arrecada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim (SAAE);

III - da totalidade da receita correspondente aos serviços objeto da Concessão, advinda do subsídio concedido pela Prefeitura de Mogi Mirim, nos termos da Lei Municipal nº 4.227, de 23 de setembro de 2006 e alterações posteriores;

IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas e recursos eventuais;

V - rendas provenientes de aplicações financeiras;

VI - sobras de recursos destinados ao Fundo e não utilizados no exercício.

§ 2º A tarifa a que se refere o inciso I, do § 1º deste artigo será calculada anualmente, de forma a complementar a tarifa mencionada no inciso II, do parágrafo anterior, para efeitos de pagamento da totalidade da remuneração dos serviços objeto da Concessão, já consideradas as eventuais receitas mencionadas no parágrafo seguinte. Referida tarifa de tratamento deverá ser lançada, destacadamente, na conta de água e esgotos emitida pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), transferindo-se obrigatoriamente a totalidade do montante arrecadado, bem como o montante a que se refere o inciso II do § 1º deste artigo, direta e automaticamente ao Fundo que será criado.

§ 3º Poderá ser prevista no edital de licitação e no contrato de concessão a possibilidade de a concessionária prestar outros serviços relacionados à concessão, desde que, dessas fontes provenham receitas alternativas, complementares, acessórias ou projetos alternativos, com vistas a favorecer a modicidade da tarifa.

§ 4º Nos contratos de financiamento a concessionária poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos serviços.

§ 5º Os projetos alternativos a que se refere o § 3º deste artigo, deverão apresentar a melhor tecnologia e respeitar o menor preço.

§ 6º Deverão ser previstos no Edital de Licitação, para a concessionária vencedora da licitação, a responsabilidade em projetos sociais do Município.

Art. 5º As tarifas de esgotos cobradas dos usuários lançadas na conta de água e esgotos serão fixadas por ato regulamentar baixado pelo Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim (SAAE), devidamente homologado pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, na forma da Lei Municipal nº 719, de 9 de março de 1970 e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. Para viabilizar a Concessão autorizada nos termos do *caput* do art. 1º desta Lei, fica obrigatoriamente autorizado quando da entrada da operação do sistema de tratamento de esgotos:

I – equiparação da tarifa de esgoto à tarifa de água;

II – a transferência para o Fundo que será criado conforme § 1º, do art. 4º desta Lei, de 70% (setenta por cento) da receita da tarifa de esgoto arrecadada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE);

III – cobrança de tarifa de tratamento de esgoto dos usuários no montante a ser pago à concessionária deduzidos os demais aportes financeiros públicos e outras fontes que constituirão o referido Fundo.



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

Art. 6º A Concessão para os fins previstos nesta Lei terá caráter de exclusividade, cabendo ao Município fiscalizar a realização dos serviços através do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Art. 7º O Poder Executivo promoverá no que couber, através de Decreto ou atos normativos, as adequações e regulamentação da presente Lei.

Art. 8º Fica extinto o Fundo de Saneamento Básico de Mogi Mirim (FUSB), sendo o saldo existente transferido e mantido em conta específica do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim (SAAE).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revoga-se a Lei Municipal nº 1.474, de 4 de dezembro de 1984.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 5 de outubro de 2007.

  
**CARLOS NELSON BUENO**  
Prefeito Municipal



# *Câmara* **PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

**LEI Nº 4.449**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 719, DE 09 DE MARÇO DE 1970, QUE CRIOU O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MOGI MIRIM.**

**CARLOS NELSON BUENO**, Prefeito do Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, etc.,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:-

Art. 1º O art. 2º, a alínea "a" do art. 5º e o "caput" do art. 6º, da Lei Municipal nº 719, de 9 de março de 1970, que dispõe sobre a criação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mogi Mirim (SAAE), passam a vigor com as seguintes alterações:

***"Art. 2º O SAAE exercerá sua ação em todo o Município de Mogi Mirim, competindo-lhe:***

***a) estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas em engenharia sanitária, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação do sistema público de abastecimento de água potável;***

***b) estudar, projetar e executar, diretamente ou através de terceiros, as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação do sistema público de esgotos sanitários;***

***c) atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução dos contratos firmados para estudos, projetos e obras de construção, ampliação ou remodelação do sistema público de abastecimento de água potável e para estudos, projetos, obras de construção, ampliação ou remodelação e operação do sistema público de esgotos sanitários;***

***d) operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água potável e de esgotos sanitários ou, mediante contrato de concessão, construir, operar, manter, conservar e explorar através de terceiros, os serviços de interceptação, afastamento, tratamento e destino final de esgotos sanitários;***

***e) lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas de água e de esgotos, quando estes serviços forem executados diretamente pelo SAAE, e as taxas de contribuição que incidirem sobre os terrenos beneficiados com tais serviços;***

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

*f) na hipótese de os serviços e obras relativos a interceptação, afastamento, tratamento e destino final de esgotos sanitários, serem executados total ou parcialmente por terceiros, lançar na conta de água e esgotos, destacadamente, a tarifa correspondente ao tratamento de esgotos, transferindo-se obrigatoriamente a totalidade desse montante arrecadado e 65% (sessenta e cinco por cento) da tarifa de esgoto arrecadada, direta e automaticamente a um Fundo que deverá ser criado para esse fim;*

*g) exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de água e esgotos, compatíveis com leis gerais e especiais."*

**"Art. 5º [...]"**

*"a) do produto de quaisquer tributos, tarifas e remuneração decorrentes diretamente dos serviços de água e esgoto, tais como: tarifas de água e esgoto, instalação, reparo, aferição, aluguel e conservação de hidrômetros, serviços referentes a ligações de água e esgoto, prolongamento de redes por conta de terceiros, multas, etc., excetuando-se a tarifa prevista na alínea "f" do art. 2º desta Lei;"*

**"Art. 6º A classificação e a fixação das tarifas de água e esgotos serão estabelecidas por ato regulamentar baixado pelo Presidente do SAAE e devidamente homologado pelo Prefeito Municipal, através de Decreto."**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a alínea "c" do art. 5º e o parágrafo único do art. 6º, da Lei Municipal nº 719, de 9 de março de 1970.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 5 de outubro de 2007.



CARLOS NELSON BUENO  
Prefeito Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI ORDINÁRIA Nº 4451, DE 11 DE OUTUBRO DE 2007**

(Vide Lei Ordinária Nº 5126, de 2011)

(Vide Lei Ordinária Nº 5586, de 2014)

(Vide Lei Ordinária Nº 5870, de 2017)

**Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Fundo para a Concessão**, precedida de obra pública, da prestação de serviços de complementação da implantação de Sistema de Afastamento de Esgotos e a implantação e operação de Sistema de Tratamento de Esgotos no Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, e da outras providências.

Carlos Nelson Bueno, **Prefeito do Município de Mogi Mirim**, Estado de São Paulo, etc.,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o Fundo para a Concessão, precedida de Obra Pública, da Prestação de Serviços de Complementação da Implantação de Sistema de Afastamento de Esgotos e a Implantação e Operação de Sistema de Tratamento de Esgotos no Município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, com a sigla FCE (Fundo de Concessão de Esgotos).

§ 1º O FCE tem por objetivo garantir o pagamento da remuneração devida à concessionária que vier a assinar o contrato da concessão referida no "**caput**" deste artigo.

§ 2º O FCE somente será criado se for iniciado o procedimento licitatório da concessão mencionada no "**caput**".

Art. 2º O FCE será constituído dos seguintes recursos, a partir da entrada de operação do sistema de tratamento de esgoto:

I - da transferência de 75% (setenta e cinco por cento) da receita da tarifa de esgoto arrecadada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE); (Redação dada pela Lei Ordinária Nº 5379, de 2013)

II - da totalidade da receita advinda da tarifa complementar, quando necessário, de tratamento de esgotos cobrada dos usuários, lançada nas contas de água e esgotos emitidas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), de forma a manter o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo;

III - da totalidade da receita da tarifa de coleta e afastamento de esgotos e da tarifa complementar de tratamento de esgotos, quando praticada, inscritas ou não em dívida ativa, advinda do subsídio concedido pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, nos termos da Lei Municipal nº 4.227, de 23 de setembro de 2006, e suas posteriores alterações; (Redação dada pela Lei Ordinária Nº 5126, de 2011)

IV - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas e recursos eventuais;

V - rendas provenientes de aplicações financeiras;

VI - sobras de recursos destinados ao Fundo e não utilizados no exercício.

VII - da transferência de 75% (setenta e cinco por cento) da receita da tarifa de coleta e afastamento de esgotos arrecadada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) a título de dívida ativa, parceladas ou não, executadas ou não. (Redação dada pela Lei Ordinária Nº 5379, de 2013)

§ 1º Os recursos que constituírem o FCE serão obrigatoriamente destinados para o pagamento da concessionária que assinar o contrato da concessão mencionada no art. 1º desta Lei, ficando expressamente vedada a utilização desses recursos para outras finalidades.

§ 2º Os recursos destinados ao FCE deverão ser depositados em conta específica para tal fim e contabilizados de maneira destacada a fim de proporcionar a prestação de suas contas.

Art. 3º O FCE será controlado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) e administrado por um Conselho Gestor, cujos membros, com seus respectivos suplentes, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 1º O Conselho Gestor será composto pelos seguintes integrantes:

I - Presidente: cuja indicação recairá sobre um representante do SAAE em emprego efetivo;

II - Vice-Presidente: cuja indicação recairá sobre um representante da Prefeitura em emprego efetivo;

III - Secretário: cuja indicação recairá sobre um representante da comunidade;

IV - Tesoureiro: cuja indicação recairá sobre um representante do SAAE em emprego efetivo;

V - Suplentes: 1 (um) para o cargo de Secretário e 1 (um) para o cargo de Tesoureiro.

§ 2º O Conselho Gestor deve garantir a vinculação dos recursos que constituírem o FCE ao pagamento da concessionária que assinar o contrato da concessão mencionada no **caput** do art. 1º desta Lei.



Art. 4º Extinta por qualquer motivo a concessão mencionada no **caput** do art. 1º, o FCE será automaticamente extinto revertendo para o SAAE o eventual patrimônio e ou receitas do FCE que vierem a ser apuradas.

Art. 5º A presente Lei será regulamentada mediante Decreto do Executivo, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, 11 de outubro de 2007.

Carlos Nelson Bueno  
Prefeito Municipal

Regina Célia Silva  
Coordenadora da Divisão de Expediente e Registro - GP

\* Este texto não substitui a publicação oficial.



GABINETE DO PREFEITO

# PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 5.684

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PELO PODER EXECUTIVO, A REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO, NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprovou e o Prefeito Municipal LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, autorizado a realizar processo licitatório, na modalidade concorrência pública, objetivando a contratação de pessoa física ou jurídica especializada para a exploração de espaços públicos, a título oneroso, que será regida pelos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações; Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim.

Parágrafo único. O objetivo da presente Lei é a exploração de bares e lanchonetes localizados em áreas esportivas do patrimônio público, sob a responsabilidade da Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer, obedecidas as condições impostas pelo respectivo Edital e seus anexos.

Art. 2º A presente concessão tem caráter de exclusividade, cabendo única e exclusivamente à concessionária a exploração da área objeto do contrato.

Art. 3º O prazo da concessão autorizada por esta Lei se dará pelo período de 12 meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável pelo mesmo período.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 10 de junho de 2015.

**LUIS GUSTAVO ANTUNES STUPP**  
Prefeito Municipal

**REGINA C. BIGHETTI**  
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 71/2015  
Autoria: Poder Executivo Municipal

Gabinete do Prefeito  
A(O) lei nº 5.684  
FOI PUBLICADA(O) em 13/06/15  
NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO  
(JORNAL Oficial M.M.)